BALANÇO PATRIMONIAL

2022

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Março de 2023

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....2

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....5

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....8

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 10

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....11

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 12

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO..... .15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 16

PARECER DO CONSELHO FISCAL 48

BLB BRASIL AUDITORES e CONSULTORES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

Pouso Alegre – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Execução fiscal e notificação do INSS

Conforme mencionado na nota explicativa 20 (ii), a Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação fiscal do INSS, que totalizam R$ 171.732.426 em 31 de dezembro de 2022. Os processos se relacionam a questões ligadas à imunidade tributária de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Administração da Fundação, amparada na opinião da sua assessoria jurídica, não consignou nenhuma provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, esta demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 03 de março de 2023.

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Atividade de ensino	
Ativo	2022	2021
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.213.319	6.411.640
Títulos e valores mobiliários	124.738	100.282
Mensalidades a receber	15.775.634	15.480.092
PECLD s/ Mensalidades	(6.359.896)	(6.441.139)
Acordos a receber	9.209.251	10.018.102
PECLD s/ Acordos	(5.792.511)	(6.870.624)
Convênios a receber com restrição	475.284	475.284
Estoques	63.345	39.058
Outros créditos	2.888.680	2.662.563
Despesas antecipadas	218.253	227.407
Total do ativo circulante	**24.816.097**	**22.102.665**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Acordos a receber	4.885.752	2.725.841
Depósitos judiciais	827.284	1.143.886
Imobilizado	51.597.179	51.265.056
(-) Depreciação acumulada	(13.021.777)	(12.289.377)
Intangível	6.330.052	5.721.390
(-) Amortização acumulada	(5.014.629)	(4.550.131)
Total do ativo não circulante	**45.603.861**	**44.016.665**
Total do ativo	**70.419.958**	**66.119.330**

	Atividade de saúde	
Ativo	2022	2021
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	18.508.922	8.501.726
Títulos e valores mobiliários	13.834.510	16.003.946
Acordos a receber	21.436	79.152
PECLD s/ Acordos	(9.796)	(50.269)
Atendimentos hosp. a receber	34.078.864	21.074.487
PECLD s/ Atendimentos hospitalares	(18.074.729)	(17.394.500)
Convênios a receber com restrição	6.586.388	11.438.438
Estoques	6.675.472	7.106.800
Outros créditos	1.783.797	1.760.110
Despesas antecipadas	4.526	4.237
Total do ativo circulante	**63.409.390**	**48.524.127**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Acordos a receber	7.650	3.708
Depósitos judiciais	32.055	15.759
Imobilizado	85.887.288	69.870.913
(-) Depreciação acumulada	(22.988.947)	(21.021.565)
Intangível	5.470.253	4.553.294
(-) Amortização acumulada	(3.665.755)	(2.995.717)
Total do ativo não circulante	**64.742.544**	**50.426.392**
Total do ativo	**128.151.934**	**98.950.519**

As *notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

E m reais

	Atividade de ensino	
Passivo	2022	2021
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.404	49.710
Fornecedores	846.283	269.495
Obrigações sociais e provisões de férias	6.915.168	6.511.746
Impostos e contribuições a recolher	989.782	934.896
Outras obrigações	2.959.787	3.218.272
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	703.916	675.242
Total do passivo circulante	**12.419.340**	**11.659.361**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	4.404
Outras obrigações	22.880	192.593
Provisão para demandas judiciais	1.366.731	2.314.444
Doações c/ restrição	240.950	240.950
Total passivo não circulante	**1.630.561**	**2.752.391**
Patrimônio liquido		
Patrimônio social	5.119.781	5.190.420
Reserva de reavaliação	28.127.388	28.277.469
Resultado do Exercício	23.122.888	18.239.689
Total do patrimônio liquido	**56.370.057**	**51.707.578**
Total do passivo	**70.419.958**	**66.119.330**

	Atividade de saúde	
Passivo	2022	2021
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	5.360.332	4.883.607
Fornecedores	10.973.631	7.732.566
Obrigações sociais e provisões de férias	8.855.159	7.975.380
Impostos e contribuições a recolher	901.162	780.221
Outras obrigações	598.961	685.241
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	36.984.790	29.339.847
Recursos SUS em exec. c/ restrição	1.471.447	-
Total do passivo circulante	**65.145.482**	**51.396.862**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	53.243.027	58.238.208
Outras obrigações	334.337	321.310
Provisão para demandas judiciais	3.337.307	2.843.733
Doações c/ restrição	5.675.000	5.675.000
Total passivo não circulante	**62.589.671**	**67.078.251**
Patrimônio liquido		
Patrimônio social	(12.792.500)	(18.793.409)
Reserva de reavaliação	11.519.575	11.578.234
Resultado do Exercício	1.689.706	(12.309.419)
Total do patrimônio liquido	**416.781**	**(19.524.594)**
Total do passivo	**128.151.934**	**98.950.519**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

Ativo	Nota explicativa	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.722.241	14.913.366
Títulos e valores mobiliários	6	13.959.248	16.104.228
Mensalidades a receber	7	15.775.634	15.480.092
PECLD s/ Mensalidades	7	(6.359.896)	(6.441.139)
Acordos a receber	8	9.230.687	10.097.254
PECLD s/ Acordos	8	(5.802.307)	(6.920.893)
Atendimentos hosp. a receber	9	34.078.864	21.074.487
PECLD s/ Atendimentos hospitalares	9	(18.074.729)	(17.394.500)
Convênios a receber com restrição	10	7.061.672	11.913.722
Estoques	11	6.738.817	7.145.858
Outros créditos	12	4.672.477	4.422.673
Despesas antecipadas		222.779	231.644
Total do ativo circulante		**88.225.487**	**70.626.792**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Acordos a receber	8	4.893.402	2.729.549
Depósitos judiciais	12	859.339	1.159.645
Imobilizado	13	137.484.467	121.135.969
(-) Depreciação	13	(36.010.724)	(33.310.942)
Intangível	14	11.800.305	10.274.684
(-) Amortização	14	(8.680.384)	(7.545.848)
Total do ativo não circulante		**110.346.405**	**94.443.057**
Total do ativo		**198.571.892**	**165.069.849**

Passivo	Nota explicativa	2022	2021
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	5.364.736	4.933.317
Fornecedores	16	11.819.914	8.002.061
Obrigações sociais e prov. de férias	17	15.770.327	14.487.126
Impostos e contribuições a recolher		1.890.944	1.715.117
Outras obrigações	18	3.558.748	3.903.513
Recursos de proj. em exec. c/ restrição	19	37.688.706	30.015.089
Recursos SUS em exec. c/ restrição		1.471.447	
Total do passivo circulante		**77.564.822**	**63.056.223**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	53.243.027	58.242.612
Outras obrigações	18	357.217	513.903
Provisão para demandas judiciais	20	4.704.038	5.158.177
Doações c/ restrição	21	5.915.950	5.915.950
Total passivo não circulante		**64.220.232**	**69.830.642**
Patrimônio liquido			
Patrimônio social		(7.672.719)	(13.602.989)
Reserva de reavaliação		39.646.963	39.855.703
Resultado do Exercício		24.812.594	5.930.270
Total do patrimônio líquido	22	**56.786.838**	**32.182.984**
Total do passivo		**198.571.892**	**165.069.849**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Nota Explicativa	2022	2021
Receita bruta educacional		**99.898.215**	**92.034.736**
Receita de mensalidade ed. Básica		18.316.343	16.758.339
Receita de mensalidades ed. Superior		73.651.693	70.423.566
Outras receitas operacionais		7.421.894	4.789.048
Doações	23	508.285	63.783
(-) Deduções da receita bruta		**(23.093.960)**	**(21.839.813)**
Bolsas concedidas integrais - lei 12.101/09		(3.257.792)	(2.604.249)
Bolsas concedidas – prouni		(6.656.902)	(7.254.863)
Bolsas concedidas integrais - lei 11.096/05		(18.370)	-
Bolsas concedidas parciais - lei 11.096/05		-	-
Bolsas concedidas parciais – lei 12.101/09		(1.184.401)	(1.171.569)
Programa de apoio a bolsistas		-	-
Outras bolsas concedidas		(3.503.057)	(3.525.476)
Descontos concedidos		(221.253)	(963.704)
Descontos incondicionais		(8.252.185)	(6.319.952)
(=) Receita líquida da atividade		**76.804.255**	**70.194.923**
(-) Custos		**(42.413.343)**	**(39.767.044)**
(=) Superávit bruto		**34.390.912**	**30.427.879**
Outras receitas operacionais		**14.802.600**	**15.571.906**
Outras Receitas Não Operacionais	24	26.865	1.293.504
Programas com Restrição		6.366	1.750
Programa Jovem Aprendiz		21.000	37.250
Isenção usufruída		13.946.733	13.474.919
Serviços voluntários obtidos		801.636	764.483
(-) Despesas operacionais da atividade		**(11.374.006)**	**(13.479.407)**
Pessoal		(11.053.555)	(10.828.167)
Administrativas e gerais		(3.357.739)	(3.260.287)
Perdas no recebimento de mensalidades		(2.232.392)	(1.345.339)
Resultado financeiro		5.276.046	1.956.136
Programa com Restrição		(6.366)	(1.750)
(-) Outras despesas não operacionais		**(14.846.494)**	**(14.430.493)**
Outras despesas não operacionais		(98.125)	(191.091)
Isenção usufruída		(13.946.733)	(13.474.919)
Serviços voluntários obtidos		(801.636)	(764.483)
(=) Resultado da área educacional		**22.973.012**	**18.089.885**

Continua...

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

...continuação

		2022	2021
Receita bruta da área de saúde		**148.816.753**	**143.680.461**
Planos de saúde		40.256.423	44.777.256
Sistema Único de Saúde		93.833.795	83.949.127
Particulares		11.372.863	10.609.263
Outras receitas de saúde		141.317	139.129
Doações	23	3.212.355	4.205.686
(-) Custos		**(141.733.280)**	**(149.059.278)**
(=) Resultado bruto da área da saúde		**7.083.473**	**(5.378.817)**
(-) Despesas operacionais da área da saúde		**(41.438.768)**	**(26.386.431)**
Administrativas e gerais		(3.569.766)	(2.875.241)
Resultado financeiro		(3.178.708)	(5.679.147)
Programas com restrição		(34.690.294)	(17.832.043)
(+) Outras receitas operacionais		**56.172.835**	**38.015.434**
Outras receitas não operacionais	24	1.357.612	2.020.678
Isenção usufruída		20.001.894	18.081.487
Programa com restrição		34.690.294	17.832.043
Receitas de Assistência ao Trabalhador		123.035	81.226
(-) Outras despesas operacionais		**(20.186.698)**	**(18.618.469)**
Outras despesas operacionais		(61.769)	(455.756)
Isenção usufruída		(20.001.894)	(18.081.487)
Despesas de Assistência do Trabalhador		(123.035)	(81.226)
(=) Resultado da área da saúde		**1.630.842**	**(12.368.283)**
(=) Resultado do exercício		**24.603.854**	**5.721.602**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	2022	2021
Superávit (déficit) do exercício	24.603.854	5.721.602
Realização da reserva de reavaliação	208.740	208.668
Resultado abrangente do exercício	24.812.594	5.930.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Patrimônio liquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**(16.314.424)**	**40.064.371**	**2.711.435**	**26.461.382**
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	2.711.435	-	(2.711.435)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(208.668)	208.668	-
Superávit do exercício	-	-	5.721.602	5.721.602
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(13.602.989)**	**39.855.703**	**5.930.270**	**32.182.984**
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	5.930.270	-	(5.930.270)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(208.740)	208.740	-
Superávit do exercício	-	-	24.603.854	24.603.854
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(7.672.719)**	**39.646.963**	**24.812.594**	**56.786.838**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Atividade de ensino	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	22.973.012	18.089.885
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.372.575	639.031
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	32.603	4.862
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(1.159.355)	(172.478)
Reversão de provisão para demandas judiciais	(947.713)	(135.924)
Resultado do exercício ajustado	**22.271.122**	**18.425.376**
Variações nos ativos e passivos:		
Mensalidades e acordos a receber	(1.646.602)	446.364
Convênios a receber com restrição	-	2.999
Estoques	(24.287)	(12.296)
Outros ativos	99.639	662
Fornecedores	576.788	169.204
Obrigações sociais e provisão de férias	403.422	(330.992)
Impostos e contribuições a recolher	54.886	(47.101)
Doações com restrição	-	240.950
Recursos de proj. em execução com restrição	28.674	(12.090)
Outras obrigações	(428.198)	(252.792)
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas atividades operacionais	**21.335.444**	**18.630.284**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(540.395)	(598.311)
Aumento em intangível	(608.670)	(483.848)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	**(1.149.065)**	**(1.082.159)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(53.347)	(53.347)
Juros e variação monetária	3.637	8.304
Transações entre entidades (saúde e educação)	(18.310.534)	(18.643.960)
Disponibilidades líquidas (aplicadas) geradas pelas ativ. de financiamentos	**(18.360.244)**	**(18.689.003)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1.826.135**	**(1.140.878)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	8.338.057	6.511.922
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	6.511.922	7.652.800
Saldo líquido do caixa e equivalentes de caixa	**1.826.135**	**(1.140.878)**

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em reais

	Atividade de saúde	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit (Déficit) do exercício	1.630.842	(12.368.283)
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.760.930	3.111.152
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	7.812.106	53.841
Provisão para devedores duvidosos	639.756	1.453.580
Provisão (reversão) para demandas judiciais	493.574	473.437
Resultado do exercício ajustado	**13.337.208**	**(7.276.273)**
Variações nos ativos e passivos:		
Mensalidade, acordos e atend. a receber	(12.950.603)	6.491.071
Convênios a receber com restrição	4.852.050	(3.463.509)
Estoques	431.328	(557.454)
Outros ativos	(40.272)	(544.641)
Fornecedores	3.241.065	(877.574)
Obrigações sociais e provisão de férias	879.779	709.342
Impostos e contribuições a recolher	120.941	149.897
Doações com restrição	-	5.675.000
Recursos de proj. em execução com restrição	9.116.390	13.535.332
Outras obrigações	(73.253)	68.640
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades operacionais	**18.914.633**	**13.909.831**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(23.951.991)	(16.062.156)
Aumento em intangível	(916.959)	(732.902)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	**(24.868.950)**	**(16.795.058)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(10.838.399)	(10.840.716)
Juros e variação monetária	6.319.943	6.759.670
Transações entre entidades (saúde e educação)	18.310.533	18.643.960
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas ativ. de financiamentos	**13.792.077**	**14.562.914**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**7.837.760**	**11.677.687**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	32.343.432	24.505.672
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	24.505.672	12.827.985
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**7.837.760**	**11.677.687**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
Em reais

	Consolidado	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit (déficit) do exercício	24.603.854	5.721.602
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	4.133.506	3.750.183
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	7.844.709	58.703
Provisão para devedores duvidosos	(519.600)	1.281.102
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(454.139)	337.513
Resultado do exercício ajustado	**35.608.330**	**11.149.103**
Variações nos ativos e passivos:		
Mensalidades, acordos e atend. a receber	(14.597.205)	6.937.435
Convênios a receber com restrição	4.852.050	(3.460.510)
Estoques	407.041	(569.750)
Outros ativos	59.367	(543.979)
Fornecedores	3.817.853	(708.370)
Obrigações sociais e provisão de férias	1.283.201	378.350
Impostos e contribuições a recolher	175.827	102.796
Doações com restrição	-	5.915.950
Recursos de proj. em execução com restrição	9.145.064	13.523.242
Outras obrigações	(501.451)	(184.152)
Disponibilidades líquidas geradas (aplic.) pelas atividades operacionais	**40.250.077**	**32.540.115**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(24.492.387)	(16.660.467)
Aumento em intangível	(1.525.629)	(1.216.751)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	**(26.018.016)**	**(17.877.218)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(10.891.746)	(10.894.063)
Juros e variação monetária	6.323.580	6.767.975
Disponibilidades líquidas geradas pelas ativ. de financiamentos	**(4.568.166)**	**(4.126.088)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**9.663.895**	**10.536.809**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	40.681.489	31.017.594
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	31.017.594	20.480.785
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**9.663.895**	**10.536.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
Em reais

	Consolidado	
	2022	2021
RECEITAS:	315.906.768	284.951.456
Receitas de atividades área educacional	91.968.037	87.181.905
Receitas de atividades área saúde	145.511.139	139.411.645
Isenção usufruída	33.948.628	31.556.406
Outras receitas	44.478.964	26.801.500
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS:	(147.544.049)	(126.670.574)
Custos de manutenção das atividades	(104.386.593)	(101.637.766)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(43.157.456)	(25.032.808)
VALOR ADICIONADO BRUTO	168.362.719	158.280.882
Depreciações/amortizações	(3.812.779)	(3.673.491)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PROD. PELA ENTIDADE	164.549.940	154.607.391
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Doações	3.701.898	4.267.209
Aluguéis recebidos	81.737	83.874
Receitas financeiras	9.363.254	3.953.248
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	177.696.829	162.911.722
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	87.897.508	95.063.258
Despesas juros	15.739.354	14.959.915
Assistência social, educacional e saúde	14.670.925	14.635.744
Aluguéis pagos	836.560	974.797
Isenção usufruída	33.948.628	31.556.406
Resultado do Período	24.603.854	5.721.602
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	177.696.829	162.911.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. É uma entidade sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos: *(i)* Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural; *(ii)* Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência; *(iii)* Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade; e *(iv)* Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

1.1. Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, por questões político-econômicas, a Rússia invadiu um território ucraniano e iniciou um confronto armado contra essa nação. A partir desse momento, os Governantes, empresários e toda a população mundial passou a acompanhar o desenvolvimento desse conflito e avaliar impactos econômicos desencadeados. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração da fundação avaliou e, entende que não há impactos significativos em sua operação. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 03 de março de 2023. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas as

apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Fundação são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(a) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (b).
(b) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. Nota 4 (d)
(c) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. Nota 4 (m).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b) Clientes

Segregadas por natureza (SUS, convênios e mensalidades das instituições de ensino) das respectivas transações, sendo que os encargos, quando devidos, foram reconhecidos como receita financeira do exercício pelo regime da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades a receber e contas a receber de atendimentos hospitalares.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

d) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea efetuada por peritos independentes, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

f) Empréstimos e financiamentos

Registrado pelo valor de captação e atualizados parcialmente pelos encargos contratuais incorridos e juros *pró-rata temporis* até a data do balanço.

g) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

h) Recursos de projetos em execução com restrição

São registrados nesta conta os valores repassados dos agentes cedentes em contrapartidas a bancos, aplicações financeiras e outros ativos vinculados a cada projeto.

As doações e as subvenções para custeio e investimentos são reconhecidas no resultado. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida de subvenção, de contribuição para custeio e investimento, é em específica do passivo. A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e em conformidade com os custos correspondentes.

i) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

m) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação ocorre na medida em que os bens reavaliados forem sendo alienados, baixados ou depreciados.

n) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

o) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenção Fiscais Usufruídas

A ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, foi alterada, o item 9b desta norma retirou a obrigação de registrar os valores das isenções (imunidades) usufruídas em contas de resultado, entretanto a portaria GM/MS nº 834/16, emitida pelo Ministério da Saúde ainda prevê a contabilização em contas de resultado, desta forma, optou por manter no exercício de 2019, a renúncia fiscal relacionada com a atividade evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

p) Gratuidades Concedidas

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços, foi pelo valor efetivamente praticado.

q) Segregação de atividade

As contas de receitas e de despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como saúde e educação.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	17.260	11.714
Bancos conta corrente	277.120	203.490
Aplicações financeiras	26.427.861	14.698.162
Total	**26.722.241**	**14.913.366**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Fundação considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

6. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2022	2021
Vinculados aos projetos – nota explicativa 19	13.959.248	16.104.228

Em "Títulos e valores mobiliários" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação e de acordo com a execução dos projetos.

7. Mensalidades a receber

Descrição	2022	2021
Unidade Central	4.301.754	4.807.619
Unidade Fátima	2.285.910	2.476.229
Pós-Graduação	846.077	926.204
FIES	1.289.689	1.290.057
Curso Extensivo - Pré Vestibular	231.637	245.430
Colégio Vale do Sapucaí	1.545.854	1.543.452
Colégio João Paulo	565.696	592.098
Outras	4.709.017	3.599.003
(-) Perdas estim. de Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.359.896)	(6.441.139)
Total	**9.415.738**	**9.038.953**

Representado por saldos a receber referentes aos serviços prestados de ensino.

8. Acordos a receber

	2022		2021	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Unidade Central	4.761.417	3.260.754	5.257.821	1.861.416
Unidade Fátima	2.543.357	840.014	2.856.021	467.250
Pós-Graduação	537.322	337.423	603.797	164.033
Colégio Vale do Sapucaí	1.040.595	319.444	959.975	174.315
Colégio João Paulo	450.347	117.121	434.610	58.827
Isepec	22.647	10.996	27.021	-

Outros	136.914	7.650	207.446	3.708
Ajuste a valor presente	(261.912)	-	(249.437)	-
(-) Perdas estim de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(5.802.307)	-	(6.920.893)	-
Total	**3.428.380**	**4.893.402**	**3.176.361**	**2.729.549**

Representado por saldos a receber referentes a acordos de mensalidades não recebidas.

9. Atendimentos hospitalares a receber

Descrição	2022	2021
Convênios	11.438.446	8.107.800
Pacientes particulares	114.053	102.532
Convênio SUS	22.377.478	12.715.268
Secretaria de Estado da Saúde	148.887	148.887
(-) Perdas estim. de crédito de liquidação duvidosa	(18.074.729)	(17.394.500)
Total	**16.004.135**	**3.679.987**

10. Convênios a receber com restrição

Descrição	2022	2021
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urgência e Emergência) Hcsl	435.002	435.002
Fapemig 11013-10 - Univas	3.900	3.900
Fapemig 5163-11 - Univas	14.300	14.300
Conv. a rec. PEP - Univas	258.634	258.634
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência e Emergência)	566.467	566.467
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e Emergência)	690.263	690.263
Fapemig Bolsas T.C. Nº 5.298/15	198.450	198.450
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	2.267.219	1.799.269
Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2017 (UNACON - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia)	1.322.475	1.322.475
Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2017 (Bloco de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar)	978.504	978.504
T.C. 862345/2017 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	35.458	35.458

Convênio 904778/2020 - Hcsl	1.000	1.000
Resolução 7169 - Plano de Trabalho AVC R$ 1.500.000,00	-	150.000
Hospital Oncologico Samuel Libanio - Lei Municipal 6465	290.000	5.460.000
Total	**7.061.672**	**11.913.722**

Em consonância com a ITG 2002 – 27e, divulgamos abaixo as finalidades de cada projeto firmado com a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí e suas Mantidas:

PROJETO	FINALIDADE
RESOLUÇÃO SES nº 3.238 18/04/2012 - Saúde Bucal	Aprova incentivo financeiro e estabelece critérios para a implantação e/ou implementação de serviços de assistência odontológica com uso de anestesia geral ou sedação em ambiente hospitalar no Estado de Minas Gerais.
PROHOSP	Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais SUS/MG (Componente Pro-Hosp Incentivo)
SICONV nº 862345/2017	Tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saude
PRONAS PCD BANCO DO BRASIL	Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD)
PROPOSTA EMENDA 265474-2019	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)
PROPOSTA EMENDA 3058122 - Fabiano Tolentino	Os recursos, objetos deste instrumento, deverão ser utilizados a titulo de custeio para execução dos serviços de média e alta complexidade, ficando vedado a utilização dos recursos para pagamento de encargos e pessoal.
PROPOSTA EMENDA 3059052 - Welinton Prado	Os recursos, objetos deste instrumento, deverão ser utilizados a titulo de custeio para execução dos serviços de média e alta complexidade, ficando vedado a utilização dos recursos para pagamento de encargos e pessoal.

PORTARIA 774 09 DE MAIO DE 2020	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Grupos do Piso de Atenção Básica-PAB e de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e à assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus - COVID 19
PORTARIA Nº 1.393 DE 21 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19.
PORTARIA Nº 1.448 DE 29 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.
PORTARIA Nº 3339 MS	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) a ser disponibilizado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
PORTARIA 1516 MS	Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.
PORTARIA 952 MAC	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)
PORTARIA 2754 TERMO ADITIVO XVIII - COVID	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúd
PORTARIA 3039 TERMO ADITIVO XIX - COVID	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

RESOLUÇÃO 7265 – Custeio Enfrentamento COVID - Materiais	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, a título de incentivo emergencial e temporário pela disponibilização de leitos UTI COVID-19.
RESOLUÇÃO 7384 –Custeio Enfrentamento COVID	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portarias Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leitos UTI SRAG COVID-19 no mês de dezembro de 2020 e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 7395 - UTI Covid Custeio	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário, previstos na Portaria GM/MS nº 3.896, de 30 de dezembro de 2020.
RESOLUÇÃO 7160 – UTI Covid	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 395, de 16 de março de 2020
RESOLUÇÃO 7295 – UTI Covid	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portarias Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leitos UTI SRAG COVID-19, no mês de novembro de 2020
RESOLUÇÃO 7169 - AVC	Autoriza o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro, para apoio e fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais (Rede de Resposta às Urgências e Emergências, PROURGE e UPA 24h).
RESOLUÇÃO 7564	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID19, a título de incentivo emergencial e temporário, calculados de acordo com o número de leitos de suporte ventilatório pulmonar (LSVP) constantes no Plano de Contingência.
RESOLUÇÃO 7538	Autoriza a distribuição de recurso financeiro complementar, destinado ao enfrentamento da pandemia de COVID- 19
RESOLUÇÃO 7480	Autoriza a distribuição de recurso financeiro complementar, destinado ao enfrentamento da pandemia de COVID- 19

RESOLUÇÃO 7602	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID19, a título de incentivo emergencial e temporário
PRO-HOSP RESOLUÇÃO - 7087	Prorroga as regras estabelecidas na Resolução SES/MG nº 5.184, de 16 de março de 2016, para as instituições contempladas na Competência 2016 do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/MG (Componente Pro-Hosp Incentivo), e dá outras providências.
SICONV Convênio nº904778/2020	tem por objeto "AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE", visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS
PORTARIA 702	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)
PORTARIA 1437	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.
RESOLUÇÃO 7643	Autoriza a distribuição de recurso financeiro complementar, destinado ao enfrentamento da pandemia de COVID- 19
RESOLUÇÃO 7671 LSV	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID19, a título de incentivo emergencial e temporário, calculados de acordo com o número de leitos de suporte ventilatório pulmonar (LSVP) constantes no Plano de Contingência na competência julho de 2021.
RESOLUÇÃO 7683	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, a título de incentivo emergencial e temporário.
RESOLUÇÃO 7560	Autoriza o repasse de recursos financeiros de investimento, na ação da ação da Política de Atenção Hospitalar – Valor em Saúde, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona.

RESOLUÇÃO 7592	Autoriza o repasse de recursos financeiros para reforço do custeio das ações e serviços de saúde, na Política de Apoio e Fortalecimento à Atenção Especializada, de estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona.
RESOLUÇÃO 7770	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, a título de incentivo emergencial e temporário.
RESOLUÇÃO 7813	Autoriza a distribuição de recurso financeiro complementar, destinado ao enfrentamento da pandemia de COVID- 19.
RESOLUÇÃO 7812	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, a título de incentivo emergencial e temporário.
RESOLUÇÃO 7742	Autoriza a distribuição de recurso financeiro complementar, destinado ao enfrentamento da pandemia de COVID- 19.
PORTARIA 1392	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde
PORTARIA 1675	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúd
RESOLUÇÃO 7853	Autoriza a distribuição de recurso financeiro complementar, destinado ao enfrentamento da pandemia de COVID- 19.
RESOLUÇÃO 7890	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, a título de incentivo emergencial e temporário.
RESOLUÇÃO 7871	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID19, a título de incentivo emergencial e temporário, calculados de acordo com o número de leitos de suporte ventilatório pulmonar (LSVP) de outubro constantes no Plano de Contingência.
RESOLUÇÃO 7830	Estabelece as normas gerais e a sistemática de monitoramento para o Módulo de Eletivas da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas.

PORTARIA 2944 EMENDA	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.
RESOLUÇÃO 7826	Divulga o elenco de hospitais, tipologia e o respectivo valor de incentivo financeiro anual para o Módulo Valor em Saúde da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 7925	Institui o Projeto OtimizaSUS vinculado ao Módulo Valor em Saúde da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 7979 LSVP	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID19, a título de incentivo emergencial e temporário, calculados de acordo com o número de leitos de suporte ventilatório pulmonar (LSVP) constantes no Plano de Contingência.
RESOLUÇÃO 7980	Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, a título de incentivo emergencial e temporário.
RESOLUÇÃO 7982	Folha de pagamento pessoal, administrativo, higienização e profissionais autônomos, equipe assistencial multiprofissional - UTI
RESOLUÇÃO 7725	Estabelece as regras gerais para a concessão do incentivo financeiro estadual, em caráter excepcional, destinado à qualificação da assistência ao parto e nascimento, conforme diretrizes do Programa Rede Cegonha
RESOLUÇÃO 7775	Dispõe sobre o repasse, em caráter excepcional e temporário, de incentivo financeiro complementar para execução dos procedimentos cirúrgicos de Alta Complexidade Cardiovascular no Estado de Minas Gerais.
RESOLUÇÃO 7874	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros de investimento destinados à aquisição de equipamentos para exame de tomografia computadorizada para fortalecimento das ações assistenciais de saúde do estado de Minas Gerais, no âmbito da Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas.

RESOLUÇÃO 4203	Institui incentivo financeiro para realização das etapas nas Regiões Ampliada de Saúde da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, no âmbito do Estado de Minas Gerais.
RESOLUÇÃO 747	Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário da Média e Alta Complexidade ao custeio de Atenção Especializada à Saúde.
RESOLUÇÃO 8145	Altera a Resolução SES/MG nº 7.927, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o credenciamento de Hospitais como Unidade de Acidente Vascular Cerebral Estadual (U-AVCE), define os potenciais beneficiários, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 7991	Estabelece, em caráter extraordinário, o repasse de incentivo financeiro para o custeio das ações e serviços de saúde, no âmbito da Atenção Hospitalar e Ações e Serviços da Urgência/Emergência, para o enfrentamento ao novo aumento de internações causadas pela COVID-19.

11. Estoques

Descrição	2022	2021
Central de abastecimento	6.711.817	7.126.835
Outros	27.000	19.023
Total	**6.738.817**	**7.145.858**

12. Outros créditos

	2022		2021	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques custodiados	1.171	-	7.171	-
Aluguéis	-	-	-	-
Cheques em cobrança	2.008	-	117.211	-
Adiantamento a fornecedores	39.564	-	50.482	-
Cartão de crédito/débito	2.312.258	-	1.409.094	-
Adiantamentos a colaboradores	2.314.812	-	2.348.223	-
Valores a rec. – incent. Governamental *(i)*	-	-	456.000	-
Outros devedores	2.664	-	34.492	-

Depósitos Judiciais *(ii)*	-	859.339	-	1.159.645
Total	**4.672.477**	**859.339**	**4.422.673**	**1.159.645**

(i) Valor a receber em aberto, conforme estabelecido na resolução SES n° 3511 de 14 de novembro de 2012.

(ii) A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada na NE nº 20.

13. Imobilizado

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
Máquinas mot. Aparelhos	17.812.873	3.771.823	(115.806)	21.468.890
Comp. e periféricos	3.678.615	193.752	(94.550)	3.777.817
Edifícios	27.785.787	1.285.549	-	29.071.336
Bibliotecas	1.758.377	759	-	1.759.136
Mobiliário Geral	5.454.765	588.583	(157.771)	5.885.577
Veículos	347.572	-	-	347.572
Terrenos	37.190.559	-	-	37.190.559
Terrenos c/ restrição	5.915.950	-		5.915.950
Instal. Esp. Áreas de Lazer	1.009.902	-	-	1.009.902
Obras em andamento	2.936.949	1.380.683	(1.302.082)	3.015.550
Veículos c/ restrição	60.000	-	-	60.000
Bibliotecas c/ restrição	31.501	-	-	31.501
Mob. geral c/ restrição	732.910	285.536	(612)	1.017.834
Edifícios c/ restrição	543.600	1.132.933	-	1.676.533
Obras c/ restrição	7.543.951	11.799.836	(6.433.278)	12.910.509
Máq. Mot. Ap. c/ restr.	7.771.224	3.989.654	(35.910)	11.724.968
Comput. Perif. c/ restrição	561.434	63.278	(3.879)	620.833
Sub total – Custo	**121.135.969**	**24.492.386**	**(8.143.888)**	**137.484.467**
Depreciações acumuladas	(29.605.299)	(2.111.150)	292.858	(31.423.591)
Depreciações acumuladas c/ restrição	(3.705.643)	(887.811)	6.321	(4.587.133)
Sub total – Depreciação acumulada	**(33.310.942)**	**(2.998.962)**	**299.179**	**(36.010.724)**
Total	**87.825.027**	**21.493.425**	**(7.844.709)**	**101.473.743**

A Fundação registrou reavaliação espontânea baseada em laudos emitidos por peritos independentes: em 31 de dezembro de 2010, dos bens imóveis; em 31 de dezembro de 2006, dos bens máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e móveis e utensílios; e em 31 de janeiro de 2007, dos bens veículos. Em contrapartida da mais valia do imobilizado foi registrada a reserva de reavaliação. As vidas úteis e valor residual foram revisados seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado.

14. Intangível

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
Marcas e patentes	6.410	-	-	6.410
Softwares	8.292.966	761.318	-	9.054.284
Softwares c/ restrição	1.847.457	764.303	-	2.611.760
Bibliotecas (Dados)	127.851	-	-	127.851
Sub total - Custo	**10.274.684**	**1.525.621**	**-**	**11.800.305**
Amortização acumulada	(6.243.001)	(834.863)	-	(7.077.864)
Amortização acumulada c/ restrição	(1.302.847)	(299.673)	-	(1.602.520)
Sub total – Amortização acumulada	**(7.545.848)**	**(1.134.536)**	**-**	**(8.680.384)**
			-	
Total	**2.728.836**	**391.085**	**-**	**3.119.921**

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa de juros mensal	Taxa de juros anual	Datas de vencimento	2022 Circulante	2022 Não circulante	2021 Circulante	2021 Não circulante
Caixa Econômica Federal (Capital de giro)	0,87%	10,44%	10/11/2030	5.358.015	53.243.027	4.883.607	58.238.208
Banco Itaú S.A. (Financiamento Veículos)	0,94%	11,88%	08/01/2023	6.721	-	49.710	4.404
Total				**5.364.736**	**53.243.027**	**4.933.317**	**58.242.612**

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) de capital de giro são de 10,44% a.a. As garantias são Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente a recebíveis junto ao Ministério da Saúde, em decorrência da prestação de serviços ao SUS - Sistema Único de Saúde. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são de janeiro de 2020 a novembro de 2030.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	2022	2021
Saldos iniciais	**63.175.929**	**67.302.017**
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
(-) Liquidação dos empréstimos, financ. e juros	(10.891.746)	(10.894.063)
(+) Juros e variação monetária	6.323.580	6.767.975
Total	**58.607.763**	**63.175.929**

Em 28 de outubro de 2020, realizou-se nova repactuação, sob contrato o nº 11.4258.610.0000001-75, contratando empréstimo no montante de R$ 66.865.154,53, com prestação mensal de R$ 903.393,00, taxas de juros de 0,87% ao mês e proporcionou o alongamento do prazo para 120 meses.

Esta operação liquidou o saldo devedor residual dos contratos 0536424-74 e 0536428-10.

Como garantia ao cumprimento das obrigações pactuadas no contrato nº 11.4258.610.0000001-75 foi cedido os direitos creditórios constituídos pelos recursos financeiros provenientes da prestação de serviços de atendimento ambulatorial e internações hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS e acessoriamente os recebíveis de planos de saúde e outros direitos creditórios assim como cessão fiduciária de aplicações financeiras.

16. Fornecedores

Modalidade	2022	2021
Nacionais	11.819.644	7.999.083
Serviços	270	2.978
Total	**11.819.914**	**8.002.061**

A Fundação nas datas de 31 de dezembro de 2022 não possuía nenhuma transação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

17. Obrigações sociais e provisões de férias

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	4.577.788	4.272.594
RCT	1.688	6.544
Sindicatos a pagar	74.709	68.132
Acordos judiciais – trabalhistas	172.482	25.000
Residência/ Serv. Médicos a pagar	240.617	190.723
FGTS a recolher	824.852	766.842
INSS a recolher	658.291	606.014
Outros	388.557	227.958
Provisão de férias e encargos	8.831.343	8.323.319
Total	**15.770.327**	**14.487.126**

18. Outras obrigações

	2022		2021	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos não identificados	513.011	-	510.273	-
Adiant. de mensalidades	1.196.706	22.880	1.423.992	192.593
Seguros a pagar	8.120	-	7.880	-
Credores diversos	638.959	-	682.608	-
Aluguéis	23.620	-	27.520	-
Adiantamento de matrículas	1.153.386	-	1.171.446	-
Diversos	8.275	-	4.669	-
Parcelamento processos cíveis	16.671	334.337	75.125	321.310
Total	**3.558.748**	**357.217**	**3.903.513**	**513.903**

19. Recursos de projetos em execução com restrição

Descrição	2022	2021
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urgência e Emergência) Hcsl	435.001	435.001
Projeto Telemedicina para hospitais de MG (Timemania) – Hcsl	2.090	1.937
Portaria nº 2.693, de 17/11/ 2011 (Influenza) - Hcsl	8.409	9.250
Fapemig 5113/08 – Univas	41.995	41.935
Fapemig 11013/10 – Univas	10.597	10.597
Fapemig 5163-11 – Univas	62.308	62.308
Programa de Educ. Permanente para Médicos de Familia - PEP – Univas	347.509	340.987
Resolução SES nº 3.238 18/04/12 - Saúde Bucal	19.148	113.606
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e Emergência) - Hcsl	690.263	690.263
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência e Emergência) - Hcsl	566.467	566.467
Fapemig Bolsas T.C. Nº 5.298/15 - Univás	198.450	198.450
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	2.534.793	2.594.672
Portaria nº 3.753, de 26/12/ 2017 (UNACON - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia)	1.322.475	1.322.475
Fapemig CPE ACN 0002-17	11	10
Fapemig APQ-00235-17 - Univás	7.254	16.584
Portaria nº 3.806, de 26/12/ 2017 (Bloco de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar)	978.504	978.504
T.C. 862345/2017 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Hcsl	55.016	56.315
Projeto BBSA - C/C 5322-8 PRONAS - Hcsl	2.439	23.329
Proposta 261281/2019 - Emenda Parlamentar Bilac Pinto - Hcsl	22	-
Proposta 283639/2019 – Hcsl	2	2
Emenda 3058122/2020 - Fabiano Tolentino - Hcsl	-	107
Emenda 3059052/2020 - Welinton Prado - Hcsl	-	91
Emenda 3057192/2020 - Aécio Neves - Hcsl	-	230
Portaria 3339/2020 - MS - Hcsl	-	492
Portaria 1393/2020 – Hcsl	-	252
Incremento Custeio MAC - Hcsl	-	43
Portaria nº 1.448/2020 - (r$ 3.440.518,58) - Hcsl	437.948	480.228
Portaria nº 952/2020 - Hcsl	-	199
Portaria nº 1516/2020 - Hcsl	-	796
Portaria 3.039 - Termo Aditivo XIX - Hcsl	-	49
Portaria 2.754 - Termo Aditivo XVIII - Hcsl	-	81
Convênio 904778/2020 - Hcsl	448.613	495.034
Projeto Resoluções 7160 - CB- HCSL	57.720	165.568
Projeto Resoluções 7295 - CB- HCSL	-	49
Projeto Resoluções 7446 - CB- HCSL	85.734	300.886
Resolução 7265 - UTI Covid Custeio - HCSL	-	2
Resolução 7384 - UTI Covid Custeio - HCSL	-	0
Resolução 7395 - UTI Covid Custeio - HCSL	-	21
Resolução 7396 - UTI Covid Custeio - HCSL	813	-
Portaria 7482 - Covid-19 - HCSL	-	30.012
Resolução 7509 - Ações Covid-19 - HCSL	-	128.154
Resolução 7538 - Ações Covid-19 - HCSL	-	99

Fapemig 5.11/2021 - Univás	14.192	4.372
Resolução 7560 – HCSL	1.737.505	1.804.558
Resolução 7461 - Custeio Investimento Sistema de Gases R$ 315.000,00 - HCSL	68.815	75.309
Resolução 7169 - Plano de Trabalho AVC R$ 1.500.000,00	336.306	1.010.417
Resolução 7479 - HCSL	-	4.787
Resolução 7480 – HCSL	-	57
Resolução 7564 – HCSL	-	1.404
Resolução 7502 - R$ 432.000,00 - HCSL	-	99.828
Resolução 7595 - R$ 528.000,00 - HCSL	-	75.392
Resolução 7602 - R$ 480.000,00 - HCSL	356	84.228
Portaria MS nº 702/2020 - R$ 200.000,00 - HCSL	-	185.894
Portaria MS nº 1.437/2021 - R$ 100.000,00 - HCSL	143	4.028
Projeto PRO-HOSP - Resolução SES/MG nº 7087 - R$ 3.743.602,82 - HCSL	512	601.574
Projeto Resolução 7559 - R$ 200.000,00 - HCSL	161.668	-
Projeto Resolução 7643 - R$ 1.912.000 - HCSL	187	451.359
Resolução SES/MG nº 7671	-	4.655
Resolução 7683 - R$ 528.000,00	289	62.544
Resolução 7741 - III Termo Aditivo ao Termo Res. 7479 - HCSL	-	4.722
Resolução 7742 - V Termo Aditivo ao Termo Res. 7480 - HCSL	660	175.161
Resolução 7592 - Apoio e Fortalecimento à Atenção Especializada – HCSL	29.387	100.460
Resolução 7775 – HCSL	204.740	-
Resolução 7813 - VI Termo Aditivo ao termo de metas 886/7480 – HCSL	11.636	33.513
Resolução 7812 - VII Termo aditivo ao termo de metas 886/7446 – HCSL	267	287.913
Resolução 7770 - VI Termo aditivo ao termo de metas 886/7446 – HCSL	561	401.735
Hospital Oncologico Samuel Libanio - Lei Municipal 6465 - Doação	13.865.419	13.740.622
Projeto Resolução 7854 - HCSL	243	24.713
Projeto Portaria 2.624 - HCSL	7.355	8.026
Projeto Portaria GM/MS nº 1.675/2021	97	459.713
Projeto Portaria GM/MS nº 1.392/2021	140	1.019.000
Resolução 7890 – HCSL	85	224.000
Resolução 7871 – HCSL	286	-
Projeto Resolução 7830 - HCSL	410.121	-
Projeto Portaria 2.944 - Anastasia - HCSL	58.479	-
Projeto Portaria 2.944 - Bilac - HCSL	261.111	-
Projeto Resolução 7826 - HCSL	5.419.716	-
Projeto Resolução 7925 - HCSL	1.213.110	-
Projeto Portaria 3904 - HCSL	68.600	-
Projeto Portaria 3540 - HCSL	994.098	-
Projeto Resolução 7796 - HCSL	38.863	-
Projeto Resolução 7869 - HCSL	34.077	-
Projeto Resolução 7725 - Incentivo Rede Cegonha	40.681	-
Projeto Resolução 7608 - HCSL	5.299	-
Projeto Resolução 7874 - HCSL	1.624.438	-
Projeto Portaria 4203 - HCSL	641.559	-
Portaria 747 - HCSL	1.790.122	-
Projeto Resolução 8145 - HCSL	112.398	-
Projeto VUEI - Univás	21.600	-

Projeto Resolução 7991 - HCSL	200.000	-
Proj. Proposta 265474/2019 - FMS - Hcsl	2	22
Total	**37.688.706**	**30.015.089**

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e outras instituições, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

20. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2022	2021
Cíveis *(i)*	4.078.639	3.652.333
Trabalhistas *(i)*	625.399	1.505.844
Total	**4.704.038**	**5.158.177**

(i) A Fundação está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Fundação. Ademais, a Fundação também optou pela constituição da provisão sobre 20% das ações cíveis e 30% das ações trabalhistas com expectativa de perda possível.

Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível, cujos valores originais são de R$ 16.159.930 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 13.020.183 em 2021). E também, há depósitos judiciais trabalhistas no montante de R$859.339 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.159.645 em 2021). Os desfechos das demandas não são praticáveis de serem estimados no momento diante das características especialíssimas da justiça, em especial do trabalho.

(ii) A Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação do INSS que totalizam R$ 171.732.426 em 31 de dezembro de 2022. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho destes processos é de perda remota. Desta forma, a Administração também optou em não constituir nenhuma provisão para contingência.

A Fundação no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Fundação para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**945.636**	**4.820.664**
Diminuição	104.405	1.825.066
Aumento	318.414	2.162.579
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.159.645**	**5.158.177**
Diminuição	1.590.941	2.610.879
Aumento	1.290.635	2.156.740
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**859.339**	**4.704.038**

21. Doações com restrições

Descrição	2022	2021
Terreno - Doação Centro de Saúde - Lei Municipal nº 6.439 – Univás	240.950	240.950
Terreno - Doação - Hospital Oncológico - Lei Municipal nº 6.464 – Hcsl	5.675.000	5.675.000
Total	**5.915.950**	**5.915.950**

A Fundação recebeu a doação de dois terrenos para a construção do Hospital Oncológico e instalação de um centro de saúde, através das leis municipais nº 6.464 de 09 de setembro de 2021 e 6.439 de 05 de agosto de 2021, respectivamente. Conforme os termos dispostos na lei, a Fundação possui obrigações a serem cumpridas, como: prazo de início e finalização de obra e número de atendimentos no centro de saúde.

22. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio social: Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros. E ainda, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits, conforme determina a legislação vigente.

b. reserva de reavaliação: A Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei n° 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Déficit acumulados: Corresponde aos superávits ou déficits do exercício, que são

transferidos para o patrimônio social após a aprovação das contas pelo Conselho Deliberativo, conforme determina a legislação vigente.

23. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2022	2021
Doações de pessoa física	270.871	287.778
Doações de pessoa jurídica	3.449.769	3.981.691
Total	**3.720.640**	**4.269.469**

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 4º, conforme demonstrativo.

24. Outras receitas não operacionais

Descrição	2022	2021
Atualização monetária estoques – Hcsl	1.852	(23.262)
Recuperação de Despesas – Hcsl	38.787	21.280
Serv. Lavand. Xeroc. Odont. e crachá – Hcsl e ensino	51	14
Indenização de aviso prévio – Hcsl	146.627	113.325
Exames laboratoriais – Hcsl	79	51
Receitas venda imobilizado – Hcsl	4.000	-
Receitas de vale refeição – Hcsl	102.725	75.258
Receitas com Programas de Fidelidade – Hscl	97.954	88.667
Reversão da PCLD – Hcsl	965.539	8.536
Receitas com bonificação de fidelidade bancária – Hscl **(i)**	-	1.736.809
Receitas com bonificação de fidelidade bancária – ensino **(i)**	-	1.263.191
Receitas diversas – ensino	26.863	30.313
Total	**1.384.477**	**3.314.182**

(i) A Fundação recebeu R$ 3.000.000 como bonificação pela fidelidade do convênio com o banco Itaú.

25. Demonstrativo das contribuições previdenciárias

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
INSS - Emp. Is. Usuf	24.369.008	25.222.008	25.524.552	23.049.125	24.118.588	25.393.285	147.676.566
Cofins - Emp. Is. Usuf.	6.187.549	6.014.626	6.406.510	6.329.026	7.244.085	7.652.565	39.834.361
PIS - Emp. Is. Usuf.	-	-	-	-	193.734	902.778	1.096.512
	30.556.557	31.236.634	31.931.062	29.378.151	31.556.406	33.948.628	188.607.439

Em março de 2020 foi julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.480 que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 13, III, § 1º, I e II, § 3º, § 4º, I e II, e §§ 5º, 6º e 7º; art. 14, §§ 1º e 2º; art. 18, caput; art. 31; e art. 32, § 1º, da Lei 12.101/2009 com a nova redação dada pela Lei 12.868/2013, por entenderem caber a lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar. Tais dispositivos declarados inconstitucionais versavam sobre as contrapartidas obrigatórias por parte das instituições filantrópicas cujo descumprimento poderiam levar ao indeferimento do CEBAS e consequente perda da imunidade usufruída pela instituição.

> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.480 DISTRITO FEDERAL
> RELATOR :MIN. GILMAR MENDES REQTE.(S) :CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN ADV.(A/S) :RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE E OUTRO(A/S) INTDO.(A/S) :PRESIDENTE DA REPÚBLICA INTDO.(A/S) :CONGRESSO NACIONAL ADV.(A/S) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
> Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Direito Tributário. 3. Artigos 1º; 13, parágrafos e incisos; 14, §§ 1º e 2º; 18, §§ 1º, 2º e 3º; 29 e seus incisos; 30; 31 e 32, § 1º, da Lei 12.101/2009, com a nova redação dada pela Lei 12.868/2013, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. 4. Revogação do § 2º do art. 13 por legislação superveniente. Perda de objeto. 5. Regulamentação do § 7º do artigo 195 da Constituição Federal. 6. Entidades beneficentes de assistência social. Modo de atuação. Necessidade de lei complementar. Aspectos meramente procedimentais. Regramento por lei ordinária. 7. Precedentes. ADIs 2.028, 2.036, 2.621 e 2.228, bem como o RE-RG 566.622 (tema 32 da repercussão geral). 8. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, nessa parte, julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade do art. 13, III, § 1º, I e II, § 3º, § 4º, I e II, e §§ 5º, 6º e 7º; art. 14, §§ 1º e 2º; art. 18, caput; art. 31; e art. 32, § 1º, da Lei 12.101/2009, com a nova redação dada pela Lei 12.868/2013.
> A C Ó R D Ã O
> Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, julgar parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal do art. 13, III, §1º, I e II, §§ 3º e 4º, I e II, §§ 5º, 6º e 7º; do art. 14, §§ 1º e 2º; do art. 18, caput; e do art. 31 da Lei 12.101/2009, com a redação

dada pela Lei 12.868/2013, e declarar a inconstitucionalidade material do art. 32, § 1º, da Lei 12.101/2009, nos termos do voto do Relator. Brasília, Sessão Virtual de 20 a 26 de março de 2020. Ministro GILMAR MENDES Relator Documento assinado digitalmente.

26. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

27. Contribuições sociais usufruídas (isentas)

Conforme o artigo 29 da Lei Nº 12.101/09 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

28. Obrigações da saúde para fins de CEBAS

A Entidade em atendimento do contrato administrativo 100/2019, OBJETO: contratação de hospital para execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

29. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do Decreto Nº 8242/14 e da Portaria do MS 834/16, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no contrato de contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
N° de internações	15.615	1010	2.782	**19.407**
N° de cirurgias	15.165	706	3.254	**19.125**
Total	**30.780**	**1.716**	**6.036**	**38.532**

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
N° de partos/curetagens/intercorrências/ano	2.524	128	260	**2.912**

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
SADT	1.301.087	26.003	176.041	1.503.131
Fisioterapia	146.825	449	19.361	166.635
Hemodinâmica	1.043	236	276	1.555
Litotripsia	365	41	47	453

Ambulatórios – n° atendimentos	99.399	0	0	99.399
Pronto socorro – n° atendimentos	65.579	2.386	76.106	144.071
Serviço de quimioterapia	14.121	0	0	14.121
Serviço de radioterapia	-	-	-	-
Serviço Terapia Renal Substitutiva	32.956	0	636	33.592
Total	**1.661.375**	**29.115**	**272.467**	**1.962.957**

Fonte: dados estatísticos do HCSL.

30. Da concessão dos recursos em assistência à saúde

Conforme determinação do artigo 4º da Lei n.º 12.101/09 artigos 19 do Decreto n.º 7.237/10 e artigo 7º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, a Entidade cumpriu:

- As metas estabelecidas em contrato de contratualização;
- Ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do Sus no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei Nº 12.101/09 artigos 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 5º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- Número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;
- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- Percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Dados dos serviços prestados SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	15.615	82.405	-
Ambulatoriais	-	-	800.410

Fonte: DATASUS – Ministério da Saúde.

Dados dos serviços prestados não SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	3.792	15.957	-
Ambulatoriais	-	-	200.799

Fonte: Sistema Tasy / CIHA

Internações SUS	83,78%
Ambulatoriais SUS	79,94%
Percentual SUS final – antes da verificação do art 33.	93,78%
Percentual SUS final ao CEBAS.	101,28%

Fonte: dados DATASUS (AIH, CIH, CIHA, SAI)

31. Obrigações da educação para fins de CEBAS

Cadastro nos sistemas de informação

Conforme determinação do artigo 4º da Lei n.º 12.101/09 artigos 19 do Decreto n.º 8.234/14 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14, artigo 41, a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://siscebas.mec.gov.br/).

Conforme previsto no artigo 30 § 4º do Decreto Federal n.º 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Básica (Educacenso) e no Censo da Educação Superior E-MEC.

Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles internos dos mesmos, para que sejam inseridos na próxima abertura do sistema INEP.

Plano Nacional de Educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em atendimento no artigo 13 da Lei n.º 12.101/09 alterada pela Lei n.º 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

Análise do perfil socioeconômico

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

32. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais.

A Entidade atende o artigo 13 e 13-A da Lei n.º 12.101/9 alterada pela Lei n.º 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/2014 e atinge os números de bolsa quantitativas (uma bolsa estudo integral para cada 5 alunos pagantes) conforme prescreve os incisos do caput e nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 13, conforme demonstrativo a seguir:

Educação Básica	Quantidade
Número de alunos matriculados	1348
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	155
Bolsas integrais (recursos próprios)	4
Inadimplentes 90 dias	86
Total de alunos pagantes em dez/2022	1103
Total mínimo de bolsistas integrais (1/9)	123
Bolsas integrais consideradas (1/9)	155
Total mínimo de bolsas integrais (1/5)	221
Cumprimento 1/5 -	231,5
Bolsistas parciais 50%	153
Bolsistas integrais 100%	155
Total de bolsas integrais concedidas considerando conversão das bolsas de 50%	231,5

Educação Superior	Quantidade
Número de alunos matriculados	2075
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	315
Descontos integrais (recursos próprios)	3
Inadimplentes 90 dias	80
Total de alunos pagantes em dez/2022	1677
Total mínimo de bolsistas integrais (1/9)	186
Bolsas integrais consideradas (1/9)	316
Total mínimo de bolsas integrais (1/5)	335
Cumprimento 1/5 -	354
Bolsas parciais 50% (recursos próprios)	78
Bolsistas integrais 100%	315
Total de bolsas integrais concedidas considerando conversão das bolsas de 50%	354

Relatório sintético de alunos matriculados, pagantes e de bolsas de estudo conforme. Anexo V, item 3 da Portaria nº 15 de 11 de agosto de 2018

33. Remuneração da administração.

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A administração da Fundação está a cargo de um Conselho Deliberativo. Este conselho é composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossará os membros, com um mandato de quatro anos.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

34. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

35. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

PYTHAGORAS DE ALENCAR OLIVOTI:17146526615
Assinado de forma digital por PYTHAGORAS DE ALENCAR OLIVOTI:17146526615
Dados: 2023.03.23 15:07:12 -03'00'

PYTHAGORAS DE ALENCAR OLIVOTI
Presidente da FUVS

CARLOS HENRIQUE PEREIRA:02889539679
Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE PEREIRA:02889539679
Dados: 2023.03.23 15:08:21 -03'00'

CARLOS HENRIQUE PEREIRA
CONT. CRC MG 092.690/O-3

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit /ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração dos Valores Adicionados (DVA), realizados em **31 de dezembro de 2022**, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores, **BLB – Auditores Independentes**, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração dos Valores Adicionados (DVA), relativo ao exercício supracitado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

Para seu documento, firmamos o presente.

Pouso Alegre, 14 de março de 2023.

Edson Vieira da Silva Filho
Presidente do Conselho Fiscal
Identidade nº 1.526.049 – PC/MG

Silvestre Cândido de Souza Turbino
Identidade nº 3.631.504 – SSP/MG

Silvio dos Reis
Identidade nº 2.987.330 – SSP/MG

Leandro de Morais Pereira
Identidade nº 13.012.945 – SSP/MG

Rooney Ferreira Souza
Identidade nº 2.643.861 – SSP/MG

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
SAMUEL LIBÂNIO

UNIVAS
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

anglo
POUSO ALEGRE

JOÃO PAULO II
COLÉGIO

www.fuvs.br